

06-05-2022

SOBRE O 19 DE ABRIL

Damiana Pereira de Sousa

[Professora e pesquisadora de literatura indígena]

Em 19 de abril comemora-se em todo território nacional o dia do “índio”, data determinada pelo decreto nº 5.540 de 2 de junho de 1943, durante o Estado Novo no governo Getúlio Vargas, adotada após o I Congresso Indigenista Interamericano realizado em Patzcuaro/México. Desde então, todos os anos, escolas, bibliotecas e universidades realizam atividades que enaltecem a cultura indígena e tentam mostrar o quanto o povo indígena “contribuiu” para a formação da população brasileira. No entanto, evidencia-se equívocos em torno das ditas comemorações que, muitas vezes, como pontua Julie Dorrico, são flechas envenenadas disfarçadas de homenagens. Mesmo depois da publicação da Lei 11. 645/2008, que tornou obrigatório o ensino das culturas afro e indígenas nas escolas, ainda se observa tais representações. Nas pesquisas rápidas sobre o 19 de abril há reprodução de frases e imagens estereotipadas dos sujeitos indígenas.

É urgente pontuar tais equívocos, pois eles contribuem para o extermínio diário dos povos indígenas. Alimentam a manutenção de preconceitos, discriminações e estereótipos enraizados. Tanto é que não há o que comemorar, pois os povos indígenas vivem sob uma conjuntura de ofensiva contra seus territórios.

Essa ofensiva pode ser vista no avanço da mineração e do garimpo; na sedução e no aliciamento das suas lideranças pelo agronegócio; na implementação de projetos de petróleo e gás; na ação criminosa das madeireiras; e na construção de usinas hidrelétricas; e no envenenamento da água em suas terras. Tudo isso repercute na saúde física e mental e vulnerabiliza cada vez mais esse povo. A autora indígena macuxi citada é enfática ao questionar frases desses materiais que aparentemente enaltecem a cultura indígena, reproduzindo frases e imagens que reforçam o silenciamento da história, da diversidade e do extermínio indígena. A escritora em artigo publicado na Coluna Ecoa (14/04/2021) destaca e analisa quatro frases que reproduzem tais ideias: 1º) “Os indígenas são os verdadeiros brasileiros”; 2º) “A rede, o banho, são algumas heranças que os indígenas legaram ao povo brasileiro”; 3º) “Os indígenas moram em casas chamadas ocas”; 4º) “A herança que a língua tupi deixou para a língua portuguesa”. Na 1ª frase, explica que, ao afirmar que os povos indígenas são os “verdadeiros brasileiros”, esconde-se o direito originário à terra. É uma afirmação que visa reconhecer tais povos como verdadeiros brasileiros, dissimulando a identidade indígena ao identificá-los primariamente como brasileiros, ou seja, transmite a ideia de que desde a colonização os corpos indígenas tenham sido considerados em igualdade, respeitados e não escravizados, violentados e mortos (processo ainda em curso). E outra, o direito à humanidade, à identidade e à cidadania brasileira só foi possível depois de muitas lutas e mortes, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A escritora destaca que a frase mais correta seria “Os indígenas são povos ancestrais detentores de direitos originários”. A 2ª frase dissemina a ideia de que os povos indígenas são seres do passado que deixaram como “herança” costumes na sociedade brasileira. Dorrico argumenta que os costumes indígenas chamados de herança pela sociedade dominante reencenam o ato colonial retirando os indígenas da contemporaneidade e os colocando de volta ao século XVI. Pensamento que nega a presença de sujeitos indígenas em espaços como universidades, teatros, literatura, música, entre outros. Assim, convém frisar e reafirmar a existência de povos originários na contemporaneidade que: denunciam conflitos em suas terras, expropriação territorial, e proibição de suas línguas; e defendem seus modos de vida e cultura, suas corporeidades nas cidades e na floresta. Na 3ª frase ela pontua sobre as línguas indígenas, enfatizando que não está incorreta, porém, é limitada. É limitada porque reduz o termo “casa” das diversas línguas à língua de tronco tupi.

Recorre aos estudos da antropóloga Berta Ribeiro que esclarecem a diversidade de troncos linguísticos, como o tupi, macro-jê, aruak e outras famílias não agrupadas em troncos, como karib, tukano, pano, dentre outros. Cita a obra *Coisas de Índio* (2019), do escritor Daniel Munduruku, pois evidencia a diversidade de formatos de casas indígenas variando conforme os costumes e tradições de cada povo. Logo, nem todas as casas indígenas são chamadas de ocas, ideia que oculta a diversidade de línguas indígenas existentes. A quarta e última frase tematiza também a pauta da significativa diversidade linguística. Conforme o IBGE, temos hoje cerca de 274 línguas indígenas. De acordo com Dorrico, os estudos linguísticos defendem cada vez mais que a língua não é uma estrutura morta, mas viva e dinâmica. Isto significa que o tupi ainda está presente na sociedade dominante por meio de seus falantes.

A autora expõe que é quase paradoxal ouvir ou ler que cutia, Amapá, caju, jabuti, peteca, jerimum sejam termos de origem indígena, mas considerados da língua portuguesa. Ora, se são de origem indígena, são indígenas, no entanto utilizados na língua portuguesa. A escritora pontua que seria mais acertado dizer que o tupi e outros troncos linguísticos constituíram e constituem a língua portuguesa.

Dorrico finaliza enfatizando que a ausência de letramento étnico-racial e o distanciamento das culturas dos povos indígenas têm colaborado para a perpetuação de práticas e códigos racistas contra esses sujeitos. Ou seja, é urgente não só adotar uma nova língua ao se referir aos povos indígenas, mas criticar a ordem hegemônica que a alimenta. Além disso, em artigo publicado na mesma coluna em 28/04/2021, a autora problematiza o depois do 19 de abril. Reitera a necessidade de abordagens alinhadas às relações étnico-raciais que envolvam o reconhecimento da pluralidade dos povos que habitam o território nacional; a erradicação dos termos “índio” e “tribo”; e a necessidade dos brancos e não indígenas inteirarem-se da pluralidade linguística e cultural nativa. Em o **Peso da palavra**, citei sugestão de Daniel Munduruku em trocar o dia do “índio” pelo dia da Diversidade Indígena. Os esforços de educadores, comunicadores, políticos, *influencers* e artistas precisam ocorrer durante os 365 dias do ano e não apenas no mês de abril ou especificamente no dia 19. No que diz respeito aos autores e ativistas indígenas há um trabalho intenso nessa luta. Foram criadas várias páginas no Instagram que visam lutas antirracistas que desumanizam os povos indígenas diariamente. Dorrico coordena a página *literatura indígena contemporânea*, no Instagram e no Youtube, que já conta com várias *lives* com parentes autores dialogando sobre a temática, material riquíssimo em conteúdo.

Tem a página *Visibilidade Indígena* que propõe a descolonização da educação brasileira no cotidiano. Há também o Instagram da **Apib** (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), perfil de cunho político que atua em defesa dos direitos originários ao território, à educação e à saúde. Munduruku está à frente do **Instituto Uka** - Casa de Saberes Ancestrais, Selo editorial e OSCIP [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público] - especializado na temática indígena para a cultura e educação. É imprescindível aproximar-se de associações indígenas e indigenistas que tratam dessas temáticas, como: CIMI-Conselho Indigenista Missionário; ANAI-Associação Nacional de Ação Indigenista; AGIR-Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, entre outras. É necessária uma aproximação real com os povos indígenas, para que se entenda que a diferença não se define na imagem genérica que o perverso processo de colonização criou, mas na pluralidade, e está presente cotidianamente, e não apenas no 19 de abril.

■ ■ ■

Referências

- Dorrico, Julie. [Mas e depois do dia do Índio? Coluna Ecoa Uol por um mundo melhor](#), 2021.
- Dorrico, Julie. [Abril indígena: 4 frases para extinguir do seu vocabulário](#). Coluna Uol, 2021.
- Dorrico, Julie. [Teoria e literatura indígena na educação: outras formas de nomear](#). Col. Uol, 2021.
- Munduruku, Daniel. *Coisas de Índio*. São Paulo. 3ª ed. Callis. 2019.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.

A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.